

14.fevereiro.2013 – 14h00

RELATÓRIO DE AUDIÊNCIA

**Entidade:** Virgílio Páscoa Machado, João Roque Dias e Rui Miguel Duarte

**Recebidos por:** Deputados do Grupo de Trabalho de Acompanhamento da Aplicação do Acordo Ortográfico

**Assunto:** Acordo Ortográfico

**Exposição:** O Coordenador do Grupo de Trabalho deu às boas vindas aos presentes e a Rui Miguel Duarte, que estava a ser ouvido por videoconferência e solicitou-lhes que expusessem a sua posição sobre o Acordo Ortográfico (AO) e a sua aplicação.

Virgílio Machado questionou quais as vantagens do Acordo Ortográfico e sintetizou que a aplicação é inconveniente e constitui um problema, concluindo que foi uma decisão política errada, que atenta contra a liberdade de expressão, com custos desconhecidos e vantagens duvidosas. Nesta sequência, entende que Portugal devia suspender a aplicação do Acordo Ortográfico e estudar aprofundadamente a matéria.

João Roque entregou um documento com a sua posição, em que, em síntese, indica que o Acordo não gera consenso, nem contribui para unificar a ortografia, pelo que, no mínimo, propõe a suspensão da sua aplicação, e a cessação da mesma no sistema de ensino e nas instituições do Estado português, como é de bom senso e tem o aval unânime da CPLP. O documento está disponível na [página da Comissão, na Internet](#).

No início da sua intervenção, indicou que espera que a troca de opiniões sirva para alguma coisa. Referiu depois que o texto do Acordo Ortográfico publicado no Diário da República não é igual ao texto publicado no Brasil, no Diário Oficial da União, dado que houve uma retificação e o Acordo não foi republicado com essa alteração.

Indicou ainda que 1 ano antes da entrada em vigor do Acordo Ortográfico devia ser publicado o Vocabulário Comum, que ainda não existe e o protocolo modificativo permitiu um vocabulário ortográfico técnico, que também não existe. Referiu que há um vocabulário comum da Porto Editora, não oficial e o ILTEC fez um vocabulário comum, mas violando as regras do AO.

Interveio depois Rui Miguel Duarte, que tinha remetido um depoimento escrito, o qual está disponível na [página da Comissão, na Internet](#). Aludiu em primeiro lugar aos objetivos do AO previstos na nota justificativa e referiu que não se atingiu a uniformidade de ortografia, mantendo-se vários exemplos de desunião e formas diversas de escrita, realçando que a ortografia não é estável.

Indicou que os vocabulários VOC e LINCE são diferentes e violam o AO e questionou qual o vocabulário que deve seguir quem escreve no estrangeiro.

O deputado Michael Seufert (CDS-PP) referiu que o AO tem argumentos a favor e contra e o CDS-PP em 2008 deu liberdade de voto aos seus deputados, não se tendo verificado unanimidade na votação. Manifestou preocupação em relação à necessidade de haver uma ortografia comum nos manuais escolares e nos documentos oficiais e uma forma única de escrever por parte do Estado.

Questionou depois os presentes se o objetivo de uma ortografia comum é atingível e com que documento, se a grafia atual em Portugal, se a antiga (também utilizada em Angola e Moçambique) ou a do Brasil.

A deputada Rosa Arezes (PSD) referiu que a matéria levanta muitas questões emocionais, lembrou os objetivos do AO, de unificação da ortografia e facilidade do ensino e mencionou que há muitas divergências da sociedade civil e da opinião pública. Questionou ainda a existência de vocabulário “privado”, que não se enquadra no AO aprovado.

O deputado Luís Fazenda (BE) referiu que lhe compete ouvir os contributos e se concentra na esfera político-constitucional de intervenção da Assembleia da República. Informou depois que o BE interrogou o Ministro dos Negócios Estrangeiros sobre a matéria e este respondeu que não haveria suspensão do AO em Portugal. Mencionou ainda que aguarda a entrada da iniciativa legislativa de cidadãos e indicou que o Parlamento tem vários mecanismos de intervenção.

O deputado Miguel Tiago (PCP) indicou que o PCP se absteve em 2008, aquando da votação da Resolução e quer ouvir todas as partes, a favor e contra, de uma forma aberta, não tendo uma posição formada. Referiu a forte posição contra o AO, o facto de este pôr muitos problemas e de as normas atualmente não serem claras, em último ponto havendo dupla grafia.

A deputada Gabriela Canavilhas (PS) referiu a importância das audições que têm estado a ser feitas, o facto de o AO em 2008 ter sido aprovado por larga maioria e indicou que a ortografia é uma convenção e baseou-se nas posições da academia. Questionou depois os presentes se o AO não deve existir ou se deve existir e ser melhorado.

João Roque respondeu depois que a Assembleia da República aprovou o AO poucos dias antes do debate da Petição contra o mesmo que tinha na altura 103.000 assinaturas, considerando esse procedimento desadequado. Reiterou que não há pareceres do Estado em relação ao AO, tendo a posição daquele tido por base o parecer de Malaca Casteleiro, em nome da Academia de Ciências de Lisboa, lembrando ainda que aquele defendeu que o texto do Acordo não pode seguir o texto normativo.

Indicou ainda que vários jornais dizem que adotam o AO, mas não o fazem integralmente, utilizando liberdades de ortografia.

A documentação da audiência, incluindo a gravação, encontra-se disponível na [página da Comissão, na Internet](#).



Comissão de Educação, Ciência e Cultura

---

A assessora  
*Teresa Fernandes*